

**Divisão de Trabalho para Legitimar o Mercado e a Academia:
A Escola de Pós Graduação em Economia e o Instituto Brasileiro de
Economia na Evolução da Fundação Getúlio Vargas**

Antonio José Junqueira Botelho
NEP Gênesis / PUC Rio
Abril de 2007

1. Introdução

A Escola de Pós Graduação em Economia – EPGE da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – FGV-RJ é uma das duas escolas de economia no Brasil com a nota mais alta (7) na avaliação da CAPES de programas de Economia, ao lado do Departamento de Economia da PUC Rio, com o qual tem uma forte interação. A liderança da EPGE na pesquisa de fronteira em economia no Brasil é também comprovada por avaliações extra-oficiais, como a feita por João Ricardo Faria (School of Finance and Economics, University of Technology, Sydney, Austrália). Em seu artigo *The Research Output of Academic Economists in Brazil* (*Economia Aplicada*, vol. 4, nº1, janeiro-março de 2000), ao comparar a produtividade em termos de pesquisa internacional dos diversos departamentos de economia brasileiros entre 1984 e 1999 ele conclui que a produtividade média do corpo docente da EPGE é 80% superior à do segundo colocado. Quando ponderada pelo prestígio acadêmico das revistas em que os artigos foram publicados, a produtividade da EPGE passa a ser sete vezes superior à do segundo colocado. A EPGE tem se pautado ao longo de sua existência e principalmente mais recentemente, como consequência da reestruturação da FGV-RJ, pela busca da excelência acadêmica, ao mesmo tempo em que sua contraparte de relacionamento com o governo e o mercado tem também buscado se reforçar, refletindo a estratégia da FGV-RJ para a área de economia, de manter um alto nível de excelência acadêmica na EPGE e uma alta eficiência inovadora na prestação de serviços de pesquisa ao mercado e à sociedade no IBRE.

Ainda que até recentemente, a EPGE pensava ser possível de se ter uma autonomia financeira, ao mesmo tempo em que preservava sua autonomia de busca de excelência, a realidade dos últimos anos é que a EPGE é hoje financiada em grande medida pelas comercialmente exitosas atividades de ensino de pós-graduação *latu sensu* da FGV-RJ, como discutido abaixo.

Os novos papéis da EPGE e do IBRE na evolução recente da FGV (principalmente a FGV RJ, cuja experiência recente tem servido de modelo para re-estruturação e integração da FG SP em uma estrutura e identidade institucional única) refletem adaptações institucionais dessas unidades à nova orientação estratégica e busca de uma nova estrutura competitiva por parte da FGV.

2. Caracterização

a. Fundação Getúlio Vargas - FGV

Fundada em 1944 com o objetivo de ser um centro de estudos voltado para subsidiar intelectualmente o desenvolvimento do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas ao longo dessas mais de seis décadas ampliou seu escopo de atuação e desenvolveu focos de atuação em economia e na administração pública; recentemente na história do país, e ainda mais recentemente na administração empresarial. Sua história confunde-se com a própria evolução dos marcos analíticos e operacionais da política econômica brasileira, principalmente por sua contribuição na criação e manutenção de índices primários desde meados da década de cinquenta. *Pari passu*, consolidou-se como um centro de excelência com intensa produção intelectual principalmente na área econômica, e mais recentemente vêm buscando tornar-se uma referência nacional em educação executiva.

Pressionada inicialmente pelas profundas transformações do país nessas últimas duas décadas que viram suas dotações orçamentárias governamentais se reduzirem drasticamente, e mais precisamente por aquelas na demanda e padrão de concorrência na educação superior que lhe apresentaram novos desafios ao seu crescimento e sustentabilidade, a FGV vem passando por uma importante re-orientação estratégica nesses últimos anos. Sinteticamente, essa re-estruturação está baseada em uma divisão de trabalho entre unidades geradoras de receita que fazem uso do prestígio e do capital social de outras unidades produtoras de bens públicos, que acumulam prestígio para a marca FGV.

Nesse marco sua atual missão é: “Avançar nas fronteiras do conhecimento na área das Ciências Sociais e afins, produzindo e transmitindo idéias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los, de modo a contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do País, para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada, e para a inserção do país no cenário internacional”.

Seu atual presidente (desde 2000), Carlos Ivan Simonsen Leal, é doutor em economia pela Universidade de Princeton (1986) e iniciou suas atividades como professor da Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE da Fundação Getúlio Vargas, em 1986, tendo sido posteriormente seu diretor do FGV Business, 1992-4; Diretor Geral da EPGE, 1994-7; e Vice-presidente da FGV, 1997-2000.

Sua estrutura atual compreende seis escolas (Escola Brasileira de Administração Pública (1952) e de Empresas (2004) -EBAPE; Escola de Administração de Empresas de São Paulo-EAESP (1954); Escola de Pós-Graduação em Economia (1966)-EPGE; Escola de Direito de São Paulo-Direito GV (2002); Escola de Direito do Rio de Janeiro-Direito Rio (2002); e Escola de Economia de São Paulo-EESP (2003)); um instituto de economia (Instituto Brasileiro de Economia-IBRE); um Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea-CPEDOC, uma Editora Fundação Getúlio Vargas; um Instituto de Desenvolvimento Educacional-IDE e uma unidade de consultoria integrada comum a todas as escolas e institutos, a FGV Projetos.

O IDE, criado no final de 2003, é hoje uma peça fundamental na estratégia de sustentabilidade da FGV na medida que tem por objetivo coordenar e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais produzidos pela FGV, através de suas Escolas e Institutos, distribuídos por meio de uma rede nacional de Instituições Conveniadas. O IDE engloba o programa FGV Management e sua rede conveniada, o programa de ensino a distância FGV Online, a Central de Qualidade e Inteligência de Negócios e o FG Cursos Corporativos, contado também com um Conselho Acadêmico. Sua missão é: "Desenvolver e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais da FGV, sob a responsabilidade acadêmica e técnica de suas Escolas e Institutos, no âmbito nacional e internacional, liderando e inovando em serviços educacionais de qualidade, com o objetivo de viabilizar a oferta de bens públicos na FGV"¹.

O programa principal de geração de receitas da FGV é o FGV Management, um programa de educação continuada que leva ao mercado os cursos de pós-graduação *latu sensu* desenvolvidos pelas Escolas e Institutos da FGV. O programa possui núcleos nas principais cidades do país e conta com uma rede de 30 instituições conveniadas presentes em mais de 80 cidades brasileiras. Estas são responsáveis pela comercialização, logística e operacionalização dos programas em sua área de atuação regional. Entretanto, os currículos dos cursos, seus conteúdos bem como o corpo docente e o controle acadêmico e de qualidade são de inteira responsabilidade da FGV. O programa conta com professores do Rio de Janeiro e de São Paulo, oferece pós-graduação *latu sensu* em diversas áreas. Para as empresas, há o GVpec, programa de educação continuada da FGV em São Paulo, com um corpo docente constituído por docentes titulados no Brasil e no exterior, com vasta experiência em ensino, pesquisa, consultoria e gestão empresarial.

Outra forma de gerar receita da FGV são os cursos *in company*, destinados ao público interno de uma empresa para atendimento de necessidades específicas. Entre os clientes da FGV, neste caso, figuram a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco Itaú, Furnas Centrais Elétricas e Rede Ferroviária Federal, entre outros. Na programação de curta duração, são destaques o Curso de Administração de Empresas (CADEMP), oferecido pela EBAPE; os de educação à distância, como o Centro FGV Petrobrás, da EAESP, em São Paulo; e o FGV On Line.

Outra componente importante no relacionamento da FGV com o mercado e fonte geradora de receitas é a FGV Projetos, voltada para a prestação de serviços de consultoria, treinamento, seminários, certificação e concursos - consiste em uma célula multidisciplinar capaz de oferecer soluções administrativas, econômicas e financeiras que viabilizem a superação de metas de seus clientes, sejam eles do setor público ou privado.

A FGV tem também, por outro lado, uma forte atividade de pesquisa geradora de bens públicos. Nessa linha, um dos principais produtos da FGV é a análise econômica, elaborada por especialistas do IBRE, da EAESP e da EPGE. Outro bem público gerado principalmente pelo IBRE é a apuração de índices setoriais, que refletem o

¹ Fundação Getúlio Vargas, IDE – Instituto de Desenvolvimento Educacional. Rio de Janeiro: s/d. 12pp (brochura).

comportamento dos custos de variados segmentos da economia, outra tradicional e prestigiada atividade da Fundação. A instituição vem recentemente desenvolvendo novos índices específicos. Por exemplo, recentemente a FGV (IBRE em parceria com a EESP) e a AES Eletropaulo lançaram um novo indicador econômico mensal, o Sinalizador da Produção Industrial capaz de antecipar tendências da atividade industrial do Estado de São Paulo. O índice sairá antes de seu congênere do IBGE.

Outros programas nessa linha são o Programa de Certificação Profissional (ProFGV), uma nova modalidade de habilitação introduzida no País; o Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável (CIDS), que promove um padrão de desenvolvimento avançado, articulado com o bem-estar social e compatível com a realidade atual; o Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), dedicado à produção de experiências em gestão social e especialização de profissionais; e o Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS), que atua em pesquisa, ensino, treinamento e assessoria. O ProFGV, CIDS e PEGS são vinculados à EBAPE, enquanto o PEGS está vinculado à EAESP.

b. Escola de Pós-Graduação em Economia-EPGE da FGV

A Escola de Pós-Graduação em Economia-EPGE da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro-FGV, é uma instituição de reconhecida excelência acadêmica na área de economia que vem buscando mantê-la a todo custo como apoio da sua instituição mãe FGV RJ. A EPGE foi fundada na década de sessenta como um programa de formação de economistas com a convicção de que a compreensão dos complexos fenômenos econômicos exige uma formulação rigorosa, somente alcançável mediante a linguagem matemática. É uma unidade desta como sua contraparte de pesquisa aplicada com o qual mantém um relacionamento informal de colaboração institucional, o Instituto Brasileiro de Economia-IBRE. Essa divisão de trabalho se insere na estrutura evolutiva da FGV RJ (e também da FGV SP, que tem sido incorporada em uma estrutura comum em busca de uma identidade única nos últimos anos) de ter: a) unidades geradoras de receita (FGV Consult; FGV Cursos) e b) unidades geradoras de prestígio (EPGE) e bens públicos (IBRE). Atualmente a receita da FGV é distribuída entre: 80% cursos; 15% consultoria e 5% transferências governamentais (100% no passado).

A EPGE possui um mestrado (Economia) desde 1961, o doutorado (Economia) desde 1974 e um mestrado profissionalizante (economia Empresarial e Finanças) desde 2000. O objetivo do programa de mestrado e doutorado em Economia da EPGE é formar economistas de sólida base teórica, com ênfase no enfoque quantitativo da ciência econômica. Seus diplomados estão capacitados a trabalhar tanto em atividades ligadas ao ensino e pesquisa, como em atividades executivas nas empresas privadas e no setor público. As áreas de concentração e linhas de pesquisas do programa da EPGE foram redefinidas em 2006 (?), no intuito de reduzir a diversidade e aprofundar a qualidade daquelas que foram mantidas. O avanço da Ciência Econômica tem gerado uma crescente especialização dos pesquisadores, com reflexos sobre a organização dos programas de Mestrado e Doutorado que não poderia deixar de afetar a EPGE. A necessidade de manter uma equipe de profissionais atualizados em suas respectivas áreas, levou a EPGE a concentrar sua atuação em apenas sete áreas: 1- Economia Internacional; 2- Economia Monetária; 3- Teoria Econômica; 4- Desenvolvimento Econômico; 5- Estatística e Econometria; 6- Finanças e 7- Organização Industrial.

Para alcançar seus objetivos, nos últimos anos a EPGE vem passando por diversas transformações. Embora conte com o auxílio do programa governamental para centros de excelência PRONEX para o financiamento específico de pesquisas, o custeio do ensino excede em muito o montante recebido dos órgãos públicos e sob forma de taxas escolares. No passado, a necessidade de complementar o baixo salário levou muitos professores da escola a buscarem atividades de consultoria com prejuízo para a pesquisa de fronteira. A constatação foi de que a pesquisa de fronteira que tem como resultado a publicação em periódicos internacionais requer pesquisadores de alto nível dedicados exclusivamente ao ensino e pesquisa. Para sustentar pesquisador desvinculado de atividades geradoras de receitas, a escola adotou o modelo de divisão do trabalho, em vigor em muitas universidades norte americanas. Este modelo tem se revelado extremamente bem sucedido.

Hoje, a EPGE divide-se em três áreas principais: (1^a) a realização de cursos de educação continuada (pós-graduação lato sensu); (2^a) as consultorias, e; (3^a) o mestrado (stricto sensu) e doutorado em economia, sua atividade principal. As duas primeiras atividades são as geradoras da receita que sustenta a terceira área onde se encontram os professores-pesquisadores.

A própria EPGE acredita que a capacidade do pesquisador e do aluno de desenvolver trabalhos acadêmicos depende, em grande medida, da sua dedicação exclusiva ao ensino e a pesquisa. O sucesso na realização de cursos de educação continuada e consultorias tem permitido, precisamente, a realização deste objetivo: uma área da escola dedica-se à captação de recursos enquanto a outra, composta pelos professores-pesquisadores, dedica-se integralmente ao ensino e a pesquisa. Como consequência desta bem sucedida divisão do trabalho, foi possível não apenas ampliar o quadro de professores-pesquisadores, como melhorar significativamente as instalações da escola, permitindo melhores condições de trabalho e pesquisa.

Atualmente a EPGE é financiada majoritariamente pela FGV RJ, principalmente por seus cursos de pós graduação lato-sensu realizados em todo o país no regime de franquia com instituições locais. Receitas próprias – mensalidades de seus cursos de graduação e de pós e *overhead* de consultorias -- cobrem no máximo 15% de seus custos operacionais e de investimento. Seus professores realizam muito esporadicamente consultorias precisas para a unidade FGV Projetos /FGV Consult ou realizam algumas atividades especializadas em projetos externos do IBRE. A EPGE não cobra *overhead* nesses casos e o diretor os ajuda a negociar o preço. Entretanto, professores da EPGE desenvolvem currículos e ementas de cursos em suas áreas de especialização, que são adaptados pela FGV Cursos e oferecidos aos seus franqueados, com o selo de qualidade e certificação EPGE. O lucro obtido com a receita desses cursos é contabilizado pela FGV RJ na planilha de custos da EPGE, o que faz que sejam transferidos volumes importantes de recursos, cobrindo assim seu déficit operacional.

i. Corpo Docente

A EPGE aceita por ano (8) alunos de doutorado, (20) de mestrado e, mais recentemente desde 2002, (50) de graduação, porém forma um máximo de apenas 10 doutores por triênio. Sua pós-graduação já está largamente consolidada, sendo considerada uma das duas melhores do país na avaliação da CAD, porém sua graduação ainda luta para atrair alunos e gerar receita em um mercado regional altamente competitivo. Seus (16) professores atuais possuem pós-graduação nas melhores universidades no país e principalmente no exterior.

ii. Orientação e Estrutura Acadêmica.

Os programas da EPGE seguem a orientação neoclássica, fundada na crença que devido à sua complexidade, os fenômenos econômicos só possam ser estudados cientificamente através de uma rígida formulação matemática. Isto se reflete, por exemplo, na estrutura de seu curso de mestrado. Ao longo do primeiro ano de mestrado, os alunos fazem apenas cursos obrigatórios onde adquirem a formação básica em matemática, estatística, econometria, micro e macroeconomia. Já o contato com a pesquisa começa no segundo ano, quando são ministrados os cursos eletivos. É neste ano que os alunos, já amadurecidos após passarem pelas cadeiras obrigatórias, têm também acesso aos mini cursos oferecidos por professores visitantes estrangeiros. Dos temas cobertos por esses costumam surgir as idéias que dão origem às dissertações de mestrado.

O programa de Doutorado é dividido em duas partes: a primeira é formada pelos cursos do Mestrado (72 créditos); a segunda por outros cursos específicos para o Doutorado (40 créditos), além de dois Exames Pré - doutorais, dois Exames de Campo (ou um exame de campo e uma publicação de paper em journal reconhecido pela congregação de ensino) à escolha do candidato e da Tese de Doutorado. Cada Exame de Campo é uma prova que cobre todo o material ministrado em uma das áreas de concentração descritas acima. A aceitação no programa de Doutorado não implica na obtenção do título de Mestre, pois para receber este grau o estudante é obrigado a defender um Doutorado não implica na obtenção do título de Mestre, pois para receber este grau o estudante é obrigado a defender uma Dissertação de Mestrado. A duração mínima prevista para o curso de Doutorado é de quatro anos. A partir de 2001, criou-se uma nova opção de ingresso para o Doutorado em Economia além dos exames pré - doutorais, que consiste na obtenção de médias mínimas nas disciplinas. O aluno de Mestrado ou nivelamento que obtiver no primeiro ano de mestrado (ou nivelamento) coeficiente de rendimento 7,0 e médias globais de Teoria Macroeconômica e Microeconômica 7,5, estará automaticamente aprovado no Doutorado, sem a necessidade de realizar os exames pré – doutorais.

iii. Infra-estrutura

As instalações oferecidas aos alunos foram recentemente modernizadas e oferecem maior conforto na condição de seus estudos, que se estendem pelo período integral. Em suas atividades de ensino e pesquisa, a EPGE dispõe de apoio da Biblioteca Central da Fundação Getulio Vargas, que possui um acervo substancial de livros clássicos e modernos na área de economia e relacionadas, e coleções completas de periódicos (nacionais e estrangeiros) que são indispensáveis aos trabalhos de pesquisa. A Biblioteca Central da FGV é hoje considerada uma das mais importantes da América do Sul, sobretudo pela quantidade de seu acervo bibliográfico referente às Ciências Sociais em particular no campo da Economia, Finanças e Administração. Seu acervo supera os

108.000 volumes sendo cerca de 100.000 livros, 2.500 títulos de periódicos e 8.000 volumes entre teses, folhetos e relatórios. Todo este acervo é controlado por um sistema de código de barras desde de 1997 há um acervo de CD-ROM. Todo o acesso à busca de livros pode ser feito através de terminais de computador e instalados na Biblioteca.

iv. Corpo Docente e Carreiro Acadêmica

Em 2001 a EPGE tinha 16 professores, 6 pesquisadores e apenas 67 alunos. Desde então vem buscando ampliar seu corpo docente em linha com a reorganização de suas unidades de ensino e pesquisa proposta pela orientação estratégica da FGV RJ. Para atingir o objetivo de oferecer um excelente programa de mestrado e doutorado em economia, a EPGE vem procurando atuar em diversas frentes. A orientação das contratações recentes vai ao sentido de atrair economistas com nítida e comprovada vocação para a pesquisa, e não apenas para o ensino, priorizando a contratação de professores que já tenham terminado o doutorado há alguns anos e já tenham publicado artigos no exterior, em relação à recém doutores ainda sem publicações relevantes. A meta é reforçar o curso de doutorado, pois se constatou que os melhores alunos de mestrados da escola ainda preferem seguir seus estudos no exterior, ao invés de fazerem o doutorado na própria EPGE. Acreditando que seu programa de mestrado já está consolidado, mas o que programa de doutorado ainda pode ser melhorado para atingir a excelência dos programas de doutorado oferecidos pelas melhores universidades estrangeiras, sobretudo norte americanas.

Ao longo dos últimos anos a EPGE vem empenhando-se em aprimorar seu corpo docente efetuando várias contratações.

Desde 1999, a EPGE desenvolve um esforço de contratação de novos professores-pesquisador em conjunto com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE). Trata-se de professores que desenvolvem pesquisas em economia brasileira aplicada que requerem a utilização de grandes bases de dados e uma grande equipe de pesquisadores auxiliares disponibilizadas pelo IBRE com apoio da EPGE. Em 1999, foi contratado neste regime de dupla afiliação Marcelo Cortes Néri, até então pesquisador do IPEA/RIO e professor da Universidade Federal Fluminense. Marcelo Neri vem desenvolvendo pesquisas em microeconomia aplicada a problemas sociais brasileiros e oferece regularmente um curso eletivo sobre o tema para os alunos do mestrado.

Além dos professores acima, a EPGE conta também com professores de universidades estrangeiras que ministram regularmente mini-cursos eletivos na EPGE. Neste grupo estão René Garcia (Université de Montreal/Canadá) de finanças empíricas e, em regime de dupla filiação, Heitor Almeida (Stern School of Business da New York University/EUA) de finanças corporativas.

A escolha desses nomes reflete duas preocupações da EPGE: a preferência por profissionais com comprovada vocação para a pesquisa e ensino; e a manutenção da qualidade e pluralidade de formação dos membros de seu corpo docente.

Os novos professores vêm substituir professores mais antigos que têm assumido cargos de gerência na EPGE ou em outros órgãos da Fundação Getulio Vargas.

Em 2006, eram XX professores e YY pesquisadores.

A carreira acadêmica de seus professores funciona no sistema de *tenure* no qual novos professores têm que publicar pelo menos (3) papers em journals internacionais de reconhecido mérito acadêmico. O critério de mérito é estabelecido pelo próprio departamento, a partir do qual é gerada uma lista hierárquica de *journals*, sendo bastante mais rigoroso do que o sistema Qualis estabelecido pela CAPES. O não cumprimento da meta de publicação por um professor geralmente faz com que este seja absorvido pelo IBRE. Os salários pagos aos seus professores são maiores do que o de instituições congêneres, porém abaixo do mercado para economistas com nível comparado de formação. Entretanto, os professores ainda podem complementar seu salário com publicações. Professores recebem recompensas monetárias como bônus por publicação em revistas de prestígio (e.g. USD 25 mil por publicação em uma das top 3, como American Economic Review). A EPGE também financia a participação de seus professores em congressos internacionais, visitas a para montagem e realização de pesquisas conjuntas com departamentos no exterior, e vinda de co-autores estrangeiros ao país. Até a década de 80 a EPGE era uma unidade do IBRE, porém desde então ganhou sua autonomia organizacional e administrativa.

3. Insituto Brasileiro de Economia-IBRE da FGV RJ

O IBRE é a mais antiga unidade de pesquisa aplicada da FGV RJ, e constitui-se por muito tempo em seu núcleo central de pesquisa e, no início, das atividades de formação por meio de programas específicos. Foi a partir de um destes que surgiu na década de sessenta a EPGE.

Atualmente, o IBRE é a unidade responsável pela produção de bens públicos nas áreas de estatísticas econômicas e pesquisa econômica aplicada. Possui (3) divisões: 1- Divisão de Gestão de Dados–DGD (reorganizada em 2002); 2- Divisão de Publicação e Eventos –DPE (2002); e 3- Centro de Políticas Sociais-CPS.

O DGD é responsável pela produção e disseminação de estatísticas macroeconômicas. Congregam cerca de 100 pesquisadores e funcionários. DPE tem por objetivo agregar as atividades da revista Conjuntura Econômica, seminários e eventos do IBRE e programa de TV Conjuntura Econômica. CPS busca estreitar a s relações entre a pesquisa aplicada e a implantação de políticas públicas na área social e do trabalho. Nas palavras do diretor da EPGE, o IBRE usa do prestígio da EPGE para produzir bens públicos amplamente reconhecidos pela sociedade, ou seja, a EPGE faz ciência e o IBRE a tecnologia. Seu atual diretor foi no passado professor da EPGE e após foi presidente da ANATEL, o órgão regulador das telecomunicações. Atualmente (4) professores, (2) mestrados e (2) doutorandos da EPGE colaboram em projetos do IBRE, e pesquisadores do IBRE oferecem matérias eletivas nos cursos de mestrado e doutorado da EPGE. “A EPGE gera muita externalidade positiva no IBRE”.

Tanto a EPGE quanto o IBRE, ainda que este último em menor medida, são sustentados financeiramente pelos cursos de pós-graduação *latu sensu* da FGV RJ, que alicerçada no prestígio acadêmico da EPGE e na visibilidade social do IBRE, oferece pelo país todo em um modelo de franchise.

4. Indicadores de Excelência

A EPGE possui junto com apenas outra instituição (Departamento de Economia da PUC Rio) a maior nota na avaliação da CAPES para área de Economia (7, desde final de 2003). Seus professores publicaram no biênio 2005-2006, (37) trabalhos internacionais, uma média de 0,97 por professor por ano. A intensificação da inserção internacional foi que alçou a EPGE à nota 7 da CAPES. Um outro indicador de sua crescente excelência acadêmica aparece quando comparamos o triênio 1998-2000 com ano 2001, pois se o número de publicações nacionais e internacionais se manteve praticamente estável entre esses dois períodos, o fator de impacto destas mais do que dobrou. Finalmente, um estudo comparado da produtividade em termos de pesquisa internacional dos diversos departamentos de economia brasileiros entre 1984 e 1999 concluiu que a produtividade média do corpo docente da EPGE era 80% superior à do segundo colocado. Quando ponderada pelo prestígio acadêmico das revistas em que os artigos foram publicados, a produtividade da EPGE passava a ser sete vezes superior à do segundo colocado.

5. Indicadores de Relacionamento com a Indústria / Governo

Desde sua fundação nos anos 40? a FGV RJ esteve intimamente ligada à produção de índices e de pesquisas econômicas para o governo brasileiro, que sempre financiou a maioria de seu corpo acadêmico e de pesquisadores. O IBRE foi pioneiro no cálculo do PIB brasileiro e é a única instituição a formular o Índice de Preços por Atacado (IPA). Criou ainda o Índice Geral de Preços (IGP) que durante muitos anos foi o índice oficial da inflação. À medida que o governo se organizou e se capacitou para desenvolver seus próprios índices econômicos e logrou institucionalizar atividades de pesquisa em seus principais organismos de pesquisa, desenho e implementação de políticas econômicas como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Econômica-IPEA, o Banco Central-BC e os Ministérios da Fazenda-MF e do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG, a contribuição da FGV RJ à realização dessas atividades diminuiu consideravelmente, bem como o volume de recursos transferidos pelo governo federal para sua manutenção operacional.

6. Benefícios do Relacionamento entre unidades

a. EPGE / IBRE

Os benefícios do relacionamento com a EPGE são majoritariamente capturados, primeiro, pelo IBRE no sentido de expandir o escopo de suas competências de projeto e apontar demandas latentes por bens públicos e por índices de interesse empresarial. Já para a EPGE há uma eventual transposição de idéias para pesquisa (com grande variabilidade de acordo com a sub-área de pesquisa econômica) a partir das demandas sociais e empresariais processadas pelo IBRE que geram algumas publicações nacionais. Muito raramente esse relacionamento, principalmente com instituições governamentais pode possibilitar o acesso a uma base de dados única.

b. EPGE / EBAPE

Os professores da EPGE também participam de alguns cursos oferecidos por outras unidades da FGV RJ como a Escola de Administração Pública e Empresarial-EBAPE. Aqueles professores da EPGE que tem passado por essa experiência há mais tempo, reconhecem que o esforço feito para adequar os modelos teóricos às demandas reais passadas pelos alunos faz com que eles passassem a preparar de forma distinta suas

aulas, mesmo aquelas oferecidas nos cursos de pós-graduação strictu sensu, mudando também seu olhar na leitura de artigos acadêmicos.

Desde 2000 a EPGE vem buscando uma maior integração com a graduação através da implantação do curso de graduação em Administração e Economia, cujo núcleo básico resulta de associação entre a EBAPE e a EPGE, aprovado pelo MEC. Esta graduação tem, nos dois primeiros anos, um programa conjunto de disciplinas tanto para o curso de Economia quanto para o de Administração de Empresas. No primeiro exame de vestibular no final de 2001 se inscreveram mais de 1.500 candidatos e foram preenchidas as 50 vagas de cada um dos dois cursos, que começaram a funcionar em março de 2002.

De acordo com a proposta do Programa - Integração com a Graduação, haverá um Estágio de docência do pós graduando da EPGE junto aos alunos da graduação (P-PG-07a) e a congregação de Ensino da EPGE irá ministrar diversas disciplinas da grade curricular do curso de Graduação em Economia, assim como mestrandos e doutorandos atuam como monitores das mesmas cadeiras, permitindo uma integração total. da Pós-Graduação em Economia com a Graduação em Economia.

c. EPGE / FGV Cursos

Segundo, a FGV Management, conforme comentado acima, faz uso do prestígio acadêmico da EPGE no marketing de seus cursos e, inclusive, alguns de seus cursos e currículos são desenvolvidos por professores da EPGE.

7. Estratégia para Relacionamento com a Indústria / Governo

O que preocupa o diretor da EPGE com respeito a atual estratégia é uma possível desaceleração na receita dos cursos, o que já vem de certa forma ocorrendo. Entretanto a FGV Management afirma contrariamente que a receita dos cursos da FGV no modelo de franquia vem crescendo a taxas muito acima do crescimento da economia e do setor educacional de pós-graduação. Afirma-se assim que o modelo está correto e que está evoluindo na direção certa para gerar uma sustentabilidade organizacional com crescimento nos próximos anos. Uma componente da evolução do modelo é a atual reorganização da FGV SP em uma estrutura administrativa única gerida a partir do Rio de Janeiro, com a eliminação da autonomia financeira, administrativa e organizacional de algumas unidades desta e a formulação de uma estratégia comum de atuação em todo o país. Ademais, como parte do processo de aperfeiçoamento contínuo do modelo, a FGV RJ vem buscando diversificar suas fonte de receita recorrente e aumentar as barreiras de entradas às suas atividades, através do desenvolvimento novas programas de cursos com grande volume de demanda, tais como o estabelecimento de uma Escola de Direito na FGV RJ e proximamente em São Paulo (?) e criação de programas de certificação continuada de cursos de economia e administração, por um lado, e o desenvolvimento de novos índices econômicos para setores empresariais (índice da construção civil) e demandas governamentais de bens públicos (e.g. índice de inflação da terceira idade). Há também uma pressão da FGV RJ para uma redução nos custos da EPGE que pode vir a afetar a delicada divisão de trabalho do atual modelo.

Indiretamente, a estratégia de manutenção da excelência da EPGE passa pela realização periódica de seminários internacionais e o aumento das publicações internacionais, principalmente em revistas de maior impacto. A dificuldade estratégica maior reside na retenção de talentos, pois nos últimos quatro anos a EPGE perdeu (5) professores para universidades estrangeiras.

8. Fatores Internos que Contribuem para o Relacionamento

Um fator que contribui indiretamente para a sustentação desse modelo de relacionamento com a sociedade é o fato que o atual presidente da FGV RJ, foi anteriormente professor da EPGE e também possui um PhD em economia por Princeton.

O atual modelo de divisão de trabalho começou a ser implementado há cerca de uma década atrás com o pagamento de melhores salários e concessão de benefícios monetários para elevar a produtividade científica da EPGE.

A revista publicada pelo IBRE, Conjuntura Econômica é um importante componente no relacionamento da FGV RJ com a sociedade e s índices gerais, bens públicos, produzem a legitimidade para a confecção e venda de índices específicos.

Na visão do diretor do IBRE, o principal *asset* da FGV RJ no sentido de contribuir para um relacionamento com a sociedade é sua isenção, construída e consolidada ao longo de várias décadas com a construção de índices econômicos (componentes; metodologia), principalmente de inflação, com uma elevada objetividade e sem interferência política.

9. Fatores Externos que Contribuem para o Relacionamento

A gradual retirada de recursos do governo empurrou o IBRE a aumentar o volume e a qualidade de seu relacionamento com a sociedade, forçando-o a se estrutura melhor e a aperfeiçoar continuamente sua estratégia e, principalmente, a FGV RJ como um todo identificar e desenvolver a médio e longo prazo fontes alternativas de receita capazes de sustentar sua então pesada e fragmentada estrutura administrativa e acadêmica. Nesse marco, suas diversas unidades perderam sua autonomia financeira e administrativa e foram instadas a se re-organizarem para se tornarem mais competitivas. Por exemplo, a então Escola de Administração Pública-EBAP que vivia à míngua de alunos adicionou a função empresarial em seu nome (... e de Empresas) e em seu currículo, aumentando consideravelmente o seu número de alunos. Como mencionado acima, a EPGE criou um curso de graduação.

A circulação de professores da EPGE e pesquisadores do IBRE em agências e unidades de governo (IPEA, ANATEL, BC, MF) também gera uma legitimidade adicional para a FGV RJ junto ao setor empresarial e, na sociedade como um todo.

DRAFT

Nome	Atuação profissional no mercado	Prêmios e Títulos total (emp.)	Produção Bibliográfica						
			Artigos em periódicos	Livros pub./org. ou edições	Capítulos de livros publicados	Jornais e revistas	Em anais de congressos		Outros tipos
							Trabalhos completos	Resumos	
Afonso A. de Mello Franco Neto		1			1		5		4
Aloisio Pessoa de Araújo		8	38	4	6				24
Caio Ibsen Rodrigues de Almeida		5 (3)	9				28	7	6
Carlos E. da Costa		1 (1)	2				13		7
Fernando de Holanda Barbosa		2	42	6	26	53	22		56
Humberto Moreira		4 (1)	7	1			19		15
João Victor Issler		3	29	1	4		46	62	37
Luis H. B. Braido		3 (2)	2		1		10		7
Luiz Renato Lima	1 emp/ < 1 ano	2	7				14		6
Marco Bonomo	1 emp/ 9 meses	7	21	1	7		24		17
Maria Cristina Terra		3 (1)	13		3	4	10	1	15
Octavio Amorim Neto		1	16	2	11	45	22		
Paulo Klinger Monteiro		3	42	1	2				4
Pedro Cavalcanti Ferreira		2	24		4	10	23	1	51
Renato Fragelli Cardoso			5		5	13	9		9
Renato Galvão Flôres Jr									
Ricardo Cavalcanti		1 (1)	9	2	1	1	2		4
Rubens Penha Cysne	2 emp/ 8 anos	8	30	11	11	101	16		84
Samuel Pessôa		3	8		2	3	16		25

DRAFT

Nome	Atuação profissional no mercado	Prêmios e Títulos total (emp.)	Produção Bibliográfica						
			Artigos em periódicos	Livros pub./org. ou edições	Capítulos de livros publicados	Jornais e revistas	Em anais de congressos		Outros tipos
							Trabalhos completos	Resumos	
Afonso A. de Mello Franco Neto		1			1		5		4
Aloisio Pessoa de Araújo		8	38	4	6				24
Caio Ibsen Rodrigues de Almeida		5 (3)	9				28	7	6
Carlos E. da Costa		1 (1)	2				13		7
Fernando de Holanda Barbosa		2	42	6	26	53	22		56
Humberto Moreira		4 (1)	7	1			19		15
João Victor Issler		3	29	1	4		46	62	37
Luis H. B. Braido		3 (2)	2		1		10		7
Luiz Renato Lima	1 emp/ < 1 ano	2	7				14		6
Marco Bonomo	1 emp/ 9 meses	7	21	1	7		24		17
Maria Cristina Terra		3 (1)	13		3	4	10	1	15
Octavio Amorim Neto		1	16	2	11	45	22		
Paulo Klinger Monteiro		3	42	1	2				4
Pedro Cavalcanti Ferreira		2	24		4	10	23	1	51
Renato Fragelli Cardoso			5		5	13	9		9
Renato Galvão Flôres Jr									
Ricardo Cavalcanti		1 (1)	9	2	1	1	2		4
Rubens Penha Cysne	2 emp/ 8 anos	8	30	11	11	101	16		84
Samuel Pessôa		3	8		2	3	16		25

DRAFT